

Alfa Seguradora S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias em 30 de
junho de 2018**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	14

Relatório da Administração

Senhores Acionistas

Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as demonstrações financeiras intermediárias relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, acompanhadas do Relatório de auditores independentes.

Comentários sobre nossas operações

Os prêmios emitidos (desconsiderando a operação do DPVAT e os prêmios de riscos vigentes não emitidos) tiveram redução de 21,9%, comparado com mesmo período do ano anterior. Os prêmios ganhos tiveram redução de 6,1% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. O índice combinado operacional (sinistros, custos de aquisição e outras receitas e despesas operacionais) apresentou uma melhora de 11 pontos percentuais quando comparado com o mesmo período do ano anterior, passando de um patamar de 95% para 84% do prêmio ganho. O resultado das operações de resseguro apresentaram uma piora de 1,5 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior. As despesas administrativas apresentaram uma piora de 3,4 pontos percentuais quando comparado com o mesmo período do ano anterior. As receitas das aplicações financeiras, basicamente em títulos públicos federais, em relação ao prêmio ganho, ficaram em linha com o mesmo período do ano anterior. Os efeitos da operação do DPVAT já se encontram nos índices mencionados acima. O retorno sobre o patrimônio líquido inicial foi de 9,6% (anualizado) contra 4,4% (anualizado) do mesmo período do ano anterior.

A melhora do resultado da companhia em relação ao mesmo período do ano anterior foi obtida em função de ações realizadas nas carteiras de auto e ramos elementares. A implantação de austera política de precificação e aceitação de risco na carteira de auto teve como benefício uma significativa redução de sinistralidade em contrapartida houve, por essas mesmas razões, certa redução no volume vendas. Na carteira de ramos elementares foi promovida uma readequação do portfólio de risco aceitos tendo sido priorizados os segmentos de pequeno e médio mercado com melhor rentabilidade.

Conforme previsto em Estatuto da Companhia, sobre o lucro, é constituído a Reserva legal, à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social e demais reservas estatutárias conforme previstas na lei. Aos Acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício que são propostos e que serão apreciados pelos acionistas em A.G.O.

Cenários e perspectivas

O ano de 2018 se iniciou com a expectativa de aceleração do crescimento econômico no Brasil, redução da taxa de desemprego e com a inflação baixa permitindo ao Banco Central sinalizar a continuidade do ciclo de afrouxamento monetário. O quadro de incertezas sobre as eleições presidenciais de outubro em relação aos potenciais candidatos e programas de governo representou desde o início do ano alguma fonte de apreensão, mas a princípio contida, dado o ambiente de bons resultados fiscais de curto prazo, contas externas amplamente financiadas pelo fluxo de investimento direto e um cenário internacional de crescimento global acima da média, ampla liquidez e expectativa de retirada gradual dos estímulos monetários por parte dos principais bancos centrais.

O decorrer do semestre, entretanto, frustrou as expectativas de iniciais de crescimento, com o PIB do primeiro trimestre avançando apenas 0,4% em relação ao trimestre anterior e com a greve nacional dos caminhoneiros,

entre o final do mês de maio e o início do mês de junho, afetando efetivamente o desempenho do segundo trimestre e comprometendo as perspectivas para o restante do ano. Além prejudicar diretamente a produção e o consumo no período, a greve abalou os níveis de confiança e as intenções de investimento na economia, reduzindo as perspectivas de contratações, criando instabilidade política e levando o quadro fiscal a um equilíbrio mais delicado. Como resultado, o consenso do mercado encerrou o semestre apontando para uma expansão de apenas 1,5% para o PIB deste ano, contra 2,8%, no início do ano.

Em paralelo, no cenário internacional, dados também mais fracos do que o esperado de crescimento econômico ao redor do mundo no primeiro trimestre foram dando lugar ao longo do semestre a uma maior certeza sobre a aceleração da economia americana, sob forte impulso fiscal, enquanto prosseguia a dúvida sobre o ritmo de recuperação dos demais países, o que se traduziu em um quadro de dólar americano mais forte e juros mais altos nos Estados Unidos. Este cenário, aliado ao reforço de uma postura fortemente protecionista do governo americano, provocando uma série de conflitos comerciais, em especial com a China e a Zona do Euro, levou no decorrer do primeiro semestre a diversos episódios de forte aversão ao risco no cenário internacional, afetando os países emergentes em geral e também a economia brasileira.

O aumento dos riscos no quadro internacional exigiu uma postura mais ativa do Banco Central brasileiro (BC). Com o aumento da pressão sobre a taxa de câmbio, o BC, visando reduzir o excesso de volatilidade, passou a intervir no mercado cambial ampliando a oferta de swaps além do necessário para cobrir as rolagens previstas. E, em sua reunião de meados de maio, o Copom optou por não cortar adicionalmente as taxas de juros como havia antecipado, e manter a taxa Selic em 6,5%, encerrando assim o ciclo de afrouxamento monetário em curso desde outubro de 2016, quando a taxa Selic estava em 14,25%.

Após as repercussões da greve dos caminhoneiros terem exposto ainda mais as fragilidades do cenário doméstico e com a aproximação dos prazos oficiais para a definição de coligações partidárias e candidatos às eleições de outubro 2018, intensificaram-se as preocupações do mercado quanto ao quadro eleitoral. Em meio à grande indefinição sobre a vitória de candidatos propensos a levarem adiante as importantes reformas necessárias para garantir a estabilidade macroeconômica e a retomada do crescimento adiante, a volatilidade dos mercados domésticos se ampliou ao final do semestre, com a taxa de câmbio atingindo novas máximas. O BC seguiu intensificando sua atuação na oferta de swaps cambiais e passando a oferecer também linhas com recompra de reservas internacionais, enquanto o Tesouro Nacional aumentou a frequência dos seus leilões de venda de títulos públicos e passou a oferecer oportunidades de recompra de títulos públicos. Após a autoridade monetária ter colocado o equivalente a US\$ 43 bilhões de swaps cambiais e US\$ 3 bilhões de linhas com recompra, a taxa de câmbio encerrou o semestre no patamar de R\$/US\$ 3,88, (contra R\$/US\$ 3,31 ao final de 2017).

A expectativa para o segundo semestre é de prosseguimento do quadro de volatilidade no cenário internacional enquanto o tema dos conflitos comerciais permanece não resolvido e provocando repercussões sobre a economia global. Com a atividade econômica nos Estados Unidos devendo continuar a reagir positivamente aos impulsos fiscais e com a expectativa de que conforme o avanço das negociações comerciais prossiga haja gradual redução das incertezas, é esperado um cenário de fortalecimento do crescimento de Europa e Japão e que os países emergentes, em especial a China, possam retomar suas trajetórias de crescimento. Assim, espera-se também que a prossiga a gradual retirada dos estímulos monetários no mundo.

No cenário doméstico, a volatilidade tende a se intensificar com a proximidade das eleições presidenciais, conforme são oficializados os candidatos, definidas as alianças partidárias e as pesquisas eleitorais comecem a trazer indicações mais claras. O semestre se inicia com um quadro eleitoral marcado por um número maior do que o usual de eleitores indecisos e também de candidatos competitivos com plataformas governamentais com impactos potenciais muito diferentes sobre as expectativas de crescimento e sobre a evolução dos mercados.

No âmbito da Seguradora, e de acordo com o último levantamento da Susep, o mercado de seguros registrou avanço de 5,8% no primeiro trimestre de 2018. O faturamento atingiu o montante de R\$ 25,9 bilhões durante o período. Os sinistros contabilizados somaram R\$ 10,9 bilhões para as seguradoras, registrando recuo de 2,6% ao valor registrado no mesmo período do ano passado. Ainda segundo os dados da autarquia, as despesas comerciais, como comissões de corretagem, alcançaram o valor de R\$ 6,3 bilhões, crescimento de 7,1% em comparação com o primeiro trimestre de 2017. O Índice de Confiança do Setor de Seguros - ICSS, realizado pela Fenacor, indica que o otimismo no mercado de seguros permanece, apesar de uma queda no positivismo. Os índices de confiança passaram de um patamar de 120 a 130 pontos para um patamar de 110 a 120 pontos.

O segmento continua otimista em relação aos resultados para os próximos meses do ano, a expectativa é atingir um crescimento semelhante a 2017, com a retomada do crescimento, o mercado continuará a buscar resultados positivos.

A Companhia buscará manter uma produção eficaz adequando os nossos produtos para a demanda do mercado atual, privilegiando a eficiência operacional, redução das despesas administrativas e conseqüentemente melhorar a rentabilidade.

Agradecimentos

Agradecemos aos Senhores Acionistas a confiança em nós depositada; aos Órgãos Reguladores e Fiscalizadores do mercado pela orientação; aos nossos Funcionários, pelo trabalho e a competência no desempenho de suas funções e aos nossos Corretores e Segurados, o prestígio concedido.

A Administração



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da

Alfa Seguradora S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Alfa Seguradora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas selecionadas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alfa Seguradora S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

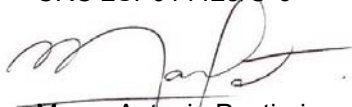


- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de agosto de 2018.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

Alfa Seguradora S.A.

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

(Em milhares de Reais)

ATIVO				PASSIVO			
	Nota	30/06/2018	31/12/2017		Nota	30/06/2018	31/12/2017
Circulante		555.627	563.141	Circulante		398.784	419.295
Disponível		1.571	2.720	Contas a pagar		32.591	41.689
Caixa e bancos		1.571	2.720	Obrigações a pagar	8a	14.358	19.658
Aplicações	3	398.810	403.646	Impostos e encargos sociais a recolher		6.557	6.435
Créditos das operações com seguros e resseguros		95.137	90.414	Encargos trabalhistas		2.288	1.677
Prêmios a receber	4	87.962	82.537	Impostos e contribuições	8b	1.813	7.227
Operações com resseguradoras	5a	7.175	7.877	Outras contas a pagar	8c	7.575	6.692
Outros créditos operacionais		4.681	5.939	Débitos de operações com seguros e resseguros		28.455	26.674
Ativos de resseguro e retrocessão	5b	14.605	15.710	Prêmios a restituir		314	276
Títulos e créditos a receber		5.774	5.227	Operações com resseguradoras	5c	11.956	11.052
Títulos e créditos a receber		1.732	1.591	Corretores de seguros e resseguros		15.594	14.800
Créditos tributários e previdenciários	7a	1.990	2.150	Outros débitos operacionais		591	546
Outros créditos		2.052	1.486	Depósitos de terceiros	9	1.427	376
Outros valores e bens	6	4.354	5.044	Provisões técnicas - seguros	10a	336.311	350.556
Bens à venda		4.354	5.044	Danos		336.311	350.556
Despesas antecipadas		341	74	Passivo não circulante		26.822	25.016
Custos de aquisição diferidos	10b	30.354	34.367	Contas a pagar		7.025	6.882
Seguros		30.354	34.367	Tributos diferidos		7.025	6.882
Ativo não circulante		24.077	26.174	Provisões técnicas - seguros	10a	12.169	10.669
Realizável a longo prazo		22.559	24.765	Danos		12.169	10.669
Aplicações	3	6.149	9.551	Outros débitos		7.140	7.074
Ativos de resseguro e retrocessão	5b	1.957	1.756	Provisões judiciais	12a	7.140	7.074
Títulos e créditos a receber		14.453	13.458	Débitos diversos		488	391
Créditos tributários e previdenciários	7a	3.633	3.615	Patrimônio líquido	13	154.098	145.004
Depósitos judiciais e fiscais	12a	10.820	9.843	Capital social		83.969	81.887
Imobilizado		1.127	1.043	Reservas de capital		66	66
Bens móveis		891	829	Reservas de lucros		54.640	54.640
Outras Imobilizações		236	214	Ajuste de avaliação patrimonial		8.587	8.411
Intangível		391	366	Lucros acumulados		6.836	-
Outros intangíveis		391	366				
Total do ativo		579.704	589.315	Total do passivo		579.704	589.315

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Alfa Seguradora S.A.

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações do capital social)

	Notas	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Prêmios emitidos	14b	158.297	200.730
Variações das provisões técnicas de prêmios		<u>20.655</u>	<u>(10.206)</u>
Prêmios ganhos	14a	<u>178.952</u>	<u>190.524</u>
Receita com emissão de apólices		1.667	1.604
Sinistros ocorridos	14c	(110.601)	(135.111)
Custos de aquisição	14d	(34.216)	(37.700)
Outras receitas e despesas operacionais	14e	(7.249)	(9.661)
Resultado com resseguro	5f	<u>(2.511)</u>	<u>232</u>
(+) Receita com resseguro		3.790	7.459
(-) Despesa com resseguro		(6.301)	(7.227)
Despesas administrativas	14f	(25.375)	(20.531)
Despesas com tributos	14g	(4.806)	(4.627)
Resultado financeiro	14h	16.785	19.587
Resultado operacional		<u>12.646</u>	<u>4.317</u>
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(4)	(9)
Resultado antes dos impostos e participações		<u>12.642</u>	<u>4.308</u>
Imposto de renda	15	(2.646)	(611)
Contribuição social	15	(2.233)	(577)
Participação sobre o lucro		<u>(927)</u>	<u>(314)</u>
Lucro líquido do semestre		<u><u>6.836</u></u>	<u><u>2.806</u></u>
Quantidade de ações	13a	<u><u>64.081.750</u></u>	<u><u>63.176.619</u></u>
Lucro por lote de mil ações		<u><u>106,68</u></u>	<u><u>44,42</u></u>

Alfa Seguradora S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Lucro líquido do semestre	<u>6.836</u>	<u>2.806</u>
Componentes do resultado abrangente		
Ajustes de avaliação patrimonial de ativos disponíveis para venda	319	-
Efeitos tributários sobre o resultado abrangente	(143)	-
Resultado abrangente do semestre	<u>7.012</u>	<u>2.806</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Alfa Seguradora S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reserva de capital	Reservas de lucros		Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	Lucros acumulados	Total
					Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldo em 31 de dezembro de 2016		80.075	-	66	4.160	43.797	-	-	128.098
Aumento de capital em aprovação: AGO/AGÉ de 31/03/2017		-	1.812	-	-	-	-	-	1.812
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	2.806	2.806
Saldo em 30 de junho de 2017	13	80.075	1.812	66	4.160	43.797	-	2.806	132.716
Saldo em 31 de dezembro de 2017		81.887	-	66	4.598	50.042	8.411	-	145.004
Aumento de capital em aprovação: AGO/AGÉ de 29/03/2018		-	2.082	-	-	-	-	-	2.082
Aumento de capital aprovado: Portaria SUSEP nº 937 de 07/06/2018		2.082	(2.082)	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	-	176	-	176
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	6.836	6.836
Saldo em 30 de junho de 2018	13	83.969	-	66	4.598	50.042	8.587	6.836	154.098

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Alfa Seguradora S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Lucro líquido do semestre	<u>6.836</u>	<u>2.806</u>
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	175	154
Perda/(Reversão de perdas) por redução do valor recuperável dos ativos	419	(86)
Variação do custo de aquisição diferido	4.013	(412)
Variação dos ativos de resseguro	904	3.026
Variação das provisões técnicas - seguros e resseguros	16.671	15.727
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	8.414	(13.164)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(5.310)	(5.038)
Créditos fiscais e previdenciários	142	338
Depósitos judiciais e fiscais	(976)	(708)
Despesas antecipadas	(267)	(134)
Outros ativos	592	(1.622)
Impostos e contribuições	(1.488)	42
Outras contas a pagar	(1.628)	620
Débitos de operações com seguros e resseguros	1.894	(2.497)
Depósitos de terceiros	1.051	(470)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(29.416)	1.828
Provisões judiciais	66	(186)
Caixa gerado pelas operações	<u>2.092</u>	<u>224</u>
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	703	833
Imposto sobre o lucro pagos	(3.660)	(877)
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades operacionais	<u>(865)</u>	<u>180</u>
Atividades de investimento		
Alienação de imobilizado	12	46
Aquisição de imobilizado - intangível	(48)	(142)
Aquisição de imobilizado - tangível	(248)	(37)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	<u>(284)</u>	<u>(133)</u>
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.149)</u>	<u>47</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	2.720	1.033
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre	1.571	1.080

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

A Alfa Seguradora S.A. (doravante referida, também, como “Companhia” ou “Seguradora”) tem por objeto social operar com seguros de danos em todo território nacional.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil com sede na Alameda Santos 466, São Paulo - SP.

A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com as Companhias do Grupo Alfa, mantendo com estas operações, as quais estão detalhadas na Nota Explicativa nº 17. A controladora direta da Companhia é a Corumbal Participações e Administração Ltda. e a controladora indireta é a Administradora Fortaleza Ltda..

2 Descrição das principais práticas contábeis

a. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela SUSEP.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular nº 517/15, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21 (R1).

A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

Essas demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Administração em 24 de agosto de 2018.

b. Base para mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico, com exceção do que segue:

- Ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Provisões técnicas;

- Salvados de seguros avaliados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Seguradora. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias estão incluídas nas seguintes notas explicativas; (ii) As informações sobre as incertezas relacionadas à premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no semestre findo em 30 de junho de 2018:

- Nota nº 2e - Contratos de seguros
- Nota nº 2g.iv - Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (“*impairment*”)
- Nota nº 3 - Aplicações financeiras
- Nota nº 7 - Créditos tributários e previdenciários
- Nota nº 10 - Provisões técnicas
- Nota nº 12 - Provisões judiciais

e. Contratos de seguros

De acordo com as determinações contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 11 - Contratos de Seguros, que define as características de um Contrato de Seguro, a Administração procedeu à avaliação dos negócios e caracterizou suas operações como “Contratos de Seguros”.

Os contratos foram classificados como contratos de seguro em função de existir aceitação de um risco significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico.

Os prêmios de seguros são registrados quando da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos no resultado segundo o transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, através da constituição das provisões de prêmios não ganhos e do diferimento das despesas de comercialização.

Uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é reconhecida com base em estudo técnico do comportamento histórico de inadimplência observado na carteira, a companhia reconhece uma redução ao valor recuperável dos Prêmios a Receber, cuja metodologia da RVR consiste em verificar os percentuais de prêmios cancelados por inadimplência dos últimos 24 meses (desprezando os 5 meses mais recentes), por parcela e ramo, em relação ao total de prêmio pendente. Calculados os percentuais de inadimplência, os mesmos são aplicados sobre o montante de prêmios a receber para a data-base em questão, também segmentado por ramo e parcela, a fim de se obter os valores de Redução ao Valor Recuperável.

Os contratos de resseguros são classificados como “Contrato de Seguros”, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios das operações de seguros.

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda

potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, uma vez que a existência do contrato não exime a Seguradora de suas obrigações para com os segurados.

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e a longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios devidos por contratos de resseguro.

As operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

f. Caixa e bancos

Incluem caixa e depósitos bancários mantidos em instituições financeiras e são representados por disponibilidades em moeda nacional.

g. Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: Valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

(i) Valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos da Seguradora. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do semestre.

(ii) Disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são avaliados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto a Resseguradores e Seguradoras, que são registrados pelo custo amortizado e avaliados, periodicamente, quanto a sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável essa perda é reconhecida no resultado do semestre.

(iv) Determinação do valor justo

O valor justo dos títulos é apurado da seguinte forma: (I) Ações de companhias abertas - com base na cotação do último dia útil em que foram negociadas no pregão da B3, Brasil, Bolsa, Balcão; (II) Quotas de fundos de investimentos - com base no valor de quota divulgada pelos Administradores dos fundos de investimentos; (III) Títulos públicos - com base nos preços unitários do mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

(v) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (“impairment”)

Ativos financeiros

Na data do balanço é avaliado se há evidência objetiva de perda de valor para um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado até o valor da perda reconhecida.

A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado, equivale a diferença entre o custo corrigido, líquido de qualquer reembolso, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável, e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização inicial que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros que não apresentam vida útil definida não são amortizados e são testados por *impairment* anualmente. Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável do ativo. O valor recuperável é definido no CPC nº 01 como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos).

h. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são caracterizados como uma obrigação contratual de pagamento de determinada importância em moeda ou em instrumentos financeiros. Os passivos financeiros compreendem principalmente contas a pagar, débitos das operações com seguros e resseguros e depósito de terceiros.

i. Imobilizado

Mensurado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por redução de valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos e o seu custo for mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil-econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, sendo depreciados conforme segue:

- Móveis e utensílios: 10%;
- Equipamentos: 20%.

Os ganhos e perdas decorrentes da alienação de um ativo imobilizado são apurados através da comparação entre os recursos financeiros obtidos com a venda e o valor contábil líquido do ativo imobilizado, reconhecidos no resultado do semestre. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados, e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do semestre, às taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos semestres anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se tornarem tributáveis ou dedutíveis, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

k. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015, e alterações posteriores e pela Resolução CNSP nº 343/2016, e alterações posteriores.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) representa as parcelas dos prêmios que serão apropriados ao resultado no decorrer dos prazos de vigência dos seguros. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos vigentes na data base de constituição, pelo método “pro rata die” tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice ou endosso.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes Mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) representa o ajuste da PPNG dada à existência de riscos assumidos pela Companhia cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida. É calculada utilizando metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial (NTA) que apura a melhor estimativa com base no histórico de cada segmento de negócio em relação aos riscos emitidos em atraso.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros e líquidos dos ajustes de cosseguro, com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Inclui também estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, custos associados, atualização monetária e juros oriundos de sinistros em discussão judicial e ajustes pela estimativa da provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER - *Incurred But Not Enough Reported*). Salientamos ainda que nas demandas relacionadas a sinistros judiciais, o valor dado à causa/risco, sobretudo nas ações indenizatórias, cinge-se a valores de alçada ou do pedido. O valor econômico da ação é avaliado segundo os pedidos feitos e coberturas contratadas. Eventualmente, se existentes, pode-se utilizar como balizamento valores jurisprudencialmente consagrados para a situação. Sua aferição efetiva ocorre mais tarde, no momento de eventual perícia ou prolação da sentença, quando o magistrado arbitra o correspondente valor de indenização. Os critérios de provisionamento das ações relacionadas a sinistros são: Provável (75% a 100%), Possível (50%) e Remota (10%).

A Provisão para Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR) é estimada utilizando metodologia própria descrita em Nota Técnica Atuarial, com base no histórico de dez anos de sinistros avisados até a data do balanço. Para os ramos Auto - Casco e Auto - RCF-V é registrada uma estimativa de recebimento para os Salvados/Ressarcidos, relativa a sinistros ocorridos e não avisados, também com base em metodologia atuarial.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, sendo calculada conforme metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial.

As provisões técnicas do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

l. Teste de adequação dos passivos

Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/2015, e alterações posteriores, a Companhia elaborou o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o Pronunciamento Técnico CPC nº 11, e que estão vigentes na data de execução do teste.

A execução do TAP tem dois componentes importantes nas suas estimativas: (i) (o quanto) o valor de melhor estimativa dos compromissos assumidos até a data-base; e (ii) quando a distribuição da liquidação destes compromissos por período futuro. Com estes dois componentes, podemos calcular o valor presente dos passivos atuariais da Seguradora e compará-lo com o total de Provisões Técnicas, líquidas das despesas de comercialização diferidas (DAC) e dos Ativos Intangíveis, correspondentes a estes passivos.

Para esse teste, a Companhia utilizou metodologia atuarial que considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros e que também inclui as despesas de liquidação de sinistros a partir de premissas atuariais na data de execução do teste. Neste teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração.

As principais premissas utilizadas foram as seguintes:

Sinistralidade - Foi utilizada a experiência da Seguradora para projetar a evolução dos sinistros futuros, brutos de resseguro, líquidos da receita de salvados e ressarcimento, e incluindo as despesas relacionadas. A taxa de sinistralidade projetada foi de 64,7%.

Prêmios futuros que não estejam contidos na PPNG constituída na data base do teste - Para as apólices com faturas mensais, a data de início da vigência da apólice considerada é a data de aniversário da renovação. Assim, os sinistros futuros devidos a esta exposição estão contemplados nas projeções supracitadas.

Despesas administrativas e outras receitas e despesas operacionais futuras - Despesas Administrativas, que inclui as despesas não alocáveis aos sinistros, Outras Receitas e Despesas Operacionais.

Premissas econômicas - Conforme disposto no Art. 51, da Circular SUSEP nº 517/2015, e alterações posteriores, foi utilizada estrutura a termo de taxa de juros livre de risco para a curva “pré-fixada”, de junho de 2018, divulgada pela SUSEP, para descontar o fluxo de caixa futuro ao valor presente.

Caso sejam identificadas quaisquer deficiências nas linhas de negócios analisadas, a perda é registrada imediatamente como uma despesa no resultado do período, primeiramente reduzindo a DAC (*Deferred Acquisition Cost*), ou outros ativos intangíveis, e posteriormente constituindo provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data do teste.

A Seguradora realiza o Teste de Adequação de Passivos a cada data-base. O teste realizado para 30 de junho de 2018 demonstrou que as provisões atualmente registradas são suficientes para fazer face às obrigações da Seguradora para com os segurados.

m. Provisões, ativos e passivos contingentes

A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado, e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação.

Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Seguradora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável.

As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras intermediárias.

n. Benefícios aos empregados

A Companhia possui obrigações de benefícios de curto prazo para empregados e Administradores, tais como seguro saúde, vale transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, que são reconhecidas no resultado do período a medida que são incorridos.

3 Aplicações financeiras

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras: por prazo, por título, hierarquia do valor justo

30 de junho de 2018										
Valor justo por meio do resultado	Nível*	TAXA	I - 3 meses e sem vencimento	III - 6 a 9 meses	V - 1 a 3 anos	VI - 3 anos (acima)	Valor de custo	Ajuste ao valor justo	Valor justo/Contábil	%
Títulos de renda fixa – letras financeiras do tesouro	Nível 1	SELIC	-	3.774	97.837	151.460	253.139	(68)	253.071	62,49%
Títulos de renda fixa – letras do tesouro nacional - compromissadas	Nível 1	6,39% PRE	42.390	-	-	-	42.390	-	42.390	10,47%
Cotas de fundos DPVAT	Nível 2	-	88.174	-	-	-	88.174	-	88.174	21,77%
Títulos privados - letras financeiras	Nível 2	IPCA+6,70%	-	-	3.976	-	3.976	-	3.976	0,98%
Outras aplicações	Nível 3	-	66	-	-	-	66	-	66	0,02%
Contas a pagar de fundos exclusivos	Nível 3	-	(37)	-	-	-	(37)	-	(37)	(0,01)%
Subtotal			130.593	3.774	101.813	151.460	387.708	(68)	387.640	95,72%
Disponível para venda										
Títulos de renda variável - ações	Nível 1	Ibovespa	17.319	-	-	-	10.278	7.041	17.319	4,28%
Subtotal			17.319	-	-	-	10.278	7.041	17.319	4,28%
Total			147.912	3.774	101.813	151.460	397.986	6.973	404.959	100,00%

31 de dezembro de 2017										
Valor justo por meio do resultado	Nível*	TAXA	I - 3 meses e sem vencimento	III - 6 a 9 meses	V - 1 a 3 anos	VI - 3 anos (acima)	Valor de custo	Ajuste ao Valor justo	Valor justo/co ntábil	%
Títulos de renda fixa – letras financeiras do tesouro	Nível 1	SELIC	89.242	-	98.482	60.176	247.858	42	247.900	60,00%
Títulos de renda fixa – letras do tesouro nacional - compromissadas	Nível 1	6,89% PRE	66.327	-	-	-	66.327	-	66.327	16,05%
Títulos de renda variável - ações	Nível 1	Ibovespa	686	-	-	-	787	(101)	686	0,17%
Títulos privados - letras financeiras	Nível 2	IPCA+6,70%	-	-	3.785	-	3.785	-	3.785	0,92%
Cotas de fundos DPVAT	Nível 2	-	77.471	-	-	-	77.471	-	77.471	19,75%
Outras aplicações	Nível 3	-	66	-	-	-	66	-	66	0,02%
Contas a pagar de fundos exclusivos	Nível 3	-	(38)	-	-	-	(38)	-	(38)	(0,01)%
Subtotal			233.754	-	102.267	60.176	396.155	(59)	396.197	95,90%
Títulos disponível para venda										
Títulos de renda variável - ações	Nível 1	Ibovespa	17.000	-	-	-	13.620	3.380	17.000	4,10%
Subtotal			17.000	-	-	-	13.620	3.380	17.000	4,10%
Total			250.754	-	102.267	60.176	409.876	3.321	413.197	100,00%

*A tabela acima apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram identificados como se segue:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Nível 3 - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

b. Movimentação das aplicações financeiras por categoria

Categoria	Saldo em 31/12/2017	(+) Aplicações	(-) Resgates/vendas	(+) Ajuste TVM (*)	(+/-) Rentabilidade	Saldo em 30/06/2018
Quotas de fundos de investimento - DPVAT	77.471	11.292	(683)	-	94	88.174
Títulos públicos	314.189	53.340	(81.186)	-	9.184	295.527
Títulos privados	3.851	-	-	-	88	3.939
Renda variável	17.686	1.222	(8.175)	319	6.267	17.319
Total	413.197	65.854	(90.044)	319	15.633	404.959

(*) A valorização dos títulos e valores mobiliários no período foi de R\$ 6.525, dos quais R\$ 2.862 referem-se a títulos que foram vendidos no período. Os títulos negociados em 2018, totalizaram um ganho referente à valorização de R\$ 6.206, o qual foi registrado como receita e baixado do patrimônio líquido.

Categoria	Saldo em 31/12/2016	(+) Aplicações	(-) Resgates/vendas	(+/-) Rentabilidade	Saldo em 30/06/2017
Quotas de fundos de investimento - DPVAT	73.603	1.560	(5.086)	130	70.207
Títulos públicos	301.779	68.491	(67.707)	16.725	319.288
Títulos privados	3.542	-	(23)	173	3.692
Renda variável	1.498	-	(1.099)	-	399
Total	380.422	70.051	(73.915)	17.028	393.586

4 Prêmios a receber

a. Ramos de seguros e faixas de vencimentos

	Automóvel/RCF	Compreensivo Empresarial	Assistência e Outras	Compreensivo Residencial	Responsabilidade Civil Geral	Demais	30/06/2018	31/12/2017
A vencer								
Até 60 dias	43.628	1.659	623	1.523	106	865	48.404	49.687
De 61 a 120 dias	21.210	574	332	534	39	349	23.038	19.984
De 121 a 180 dias	10.239	151	173	221	11	153	10.948	8.603
De 181 a 365 dias	7.373	67	80	152	5	104	7.781	5.956
Total a vencer	82.450	2.451	1.208	2.430	161	1.471	90.171	84.230
Vencidos								
Até 60 dias	1.922	51	12	73	4	22	2.084	2.076
De 61 a 120 dias	127	5	1	3	-	1	137	125
De 121 a 180 dias	55	1	1	1	-	1	59	67
De 181 a 365 dias	95	9	6	2	-	1	113	122
Acima de 365 dias	121	1	1	12	-	2	137	70
Total vencidos	2.320	67	21	91	4	27	2.530	2.460
Total	84.770	2.518	1.229	2.521	165	1.498	92.701	86.690

Os montantes apresentados na tabela acima estão bruto da correspondente Redução ao Valor Recuperável no valor de R\$ 4.739, composta por R\$ 4.429 de parcelas à vencer e R\$ 310 de parcelas

vencidas (R\$ 4.153 em dezembro de 2017, composto por R\$ 3.787 de parcelas à vencer e R\$ 366 de parcelas vencidas).

Os produtos da Alfa Seguradora são geralmente oferecidos com parcelamento médio de 5 prestações mensais.

b. Movimentação de prêmios a receber

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Saldo no início do período	<u>82.537</u>	<u>76.295</u>
(+) Prêmios emitidos, líquidos de cancelamentos (*)	145.736	185.237
(+) IOF	10.819	13.686
(+) Adicional de fracionamento	917	1.492
(-) Recebimentos	(151.461)	(195.825)
Redução ao valor recuperável	<u>(586)</u>	<u>(86)</u>
Saldo no final do período	<u>87.962</u>	<u>80.799</u>

(*) O valor de R\$ 2.272 (R\$ 2.702 em junho de 2017) referente à prêmio restituído não está contido neste total. O valor de (R\$ 345), (R\$ 1.566 em junho de 2017), referente a riscos vigentes não emitidos - RVNE, está contido neste valor.

5 Operações de resseguro

a. Operações com resseguradoras

Descrição	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pendentes até 30 dias	2.413	1.953
Pendentes até 60 dias	879	1.265
Pendentes até 90 dias	666	1.584
Pendentes até 120 dias	739	1.060
Pendentes até 180 dias	226	410
Pendentes mais de 180 dias	<u>2.252</u>	<u>1.605</u>
Total	<u>7.175</u>	<u>7.877</u>

b. Ativos de resseguro - provisões técnicas

Descrição	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Sinistros a liquidar	8.273	9.134
Sinistros a liquidar - PDR	292	359
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	1.396	1.811
Provisão de prêmios não ganhos	6.103	5.725
Provisão de riscos vigentes mas não emitidos	<u>498</u>	<u>437</u>
Total	<u>16.562</u>	<u>17.466</u>
Circulante	14.605	15.710
Não circulante	1.957	1.756

c. Operações com resseguradoras

Descrição	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prêmios cedidos	15.187	14.192
Comissão a recuperar	(3.128)	(3.073)
Sinistros	61	61
Redução ao valor recuperável	<u>(164)</u>	<u>(128)</u>
Total	<u>11.956</u>	<u>11.052</u>

d. Composição por categoria de ressegurador

Descrição	<u>30/06/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	Prêmio a	Sinistros pendentes a recuperar e	Prêmio a	Sinistros pendentes a recuperar e
Ativos e passivos	<u>liquidar</u>	<u>PDR</u>	<u>liquidar</u>	<u>PDR</u>
Ressegurador local	11.574	8.158	10.670	9.202
Ressegurador admitido	<u>382</u>	<u>407</u>	<u>382</u>	<u>291</u>
Total	<u>11.956</u>	<u>8.565</u>	<u>11.052</u>	<u>9.493</u>

Receitas e despesas	<u>30/06/2018</u>		<u>30/06/2017</u>	
	Prêmios cedidos	Recuperação de sinistros	Prêmios cedidos	Recuperação de sinistros
Ressegurador local	6.409	4.126	5.962	7.292
Ressegurador admitido	-	<u>89</u>	-	<u>29</u>
Total	<u>6.409</u>	<u>4.215</u>	<u>5.962</u>	<u>7.321</u>

e. Demonstração de percentual ressegurado

Ramo	<u>30/06/2018</u>			<u>30/06/2018</u>		
	<u>Prêmio emitido</u>	<u>Prêmio de resseguro</u>	<u>% de Ressegura do</u>	<u>Sinistros avisados</u>	<u>Sinistros recuperados</u>	<u>% de recuperação</u>
Automóvel	95.483	2.622	2,75%	83.620	1.855	2,22%
Responsabilidade civil facultativo	29.793	1.953	6,56%	24.256	1.689	6,96%
Compreensivo empresarial	6.269	1.238	19,75%	2.137	540	25,27%
Compreensivo residencial	6.765	423	6,25%	2.706	132	4,88%
Outros	<u>5.154</u>	<u>173</u>	<u>3,36%</u>	<u>809</u>	<u>(1)</u>	<u>(0,12%)</u>
Total (*)	<u>143.464</u>	<u>6.409</u>	<u>4,47%</u>	<u>113.528</u>	<u>4.215</u>	<u>3,71%</u>

Ramo	30/06/2017			30/06/2017		
	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro	% Ressegurado	Sinistros avisados	Sinistros recuperados	% de recuperação
Automóvel	132.938	2.852	2,15%	99.761	3.984	3,99%
Responsabilidade civil facultativo	29.501	1.171	3,97%	23.861	1.665	6,98%
Compreensivo empresarial	7.203	1.331	18,48%	4.992	1.364	27,32%
Compreensivo residencial	7.030	460	6,54%	3.936	80	2,03%
Outros	5.863	148	2,52%	1.446	228	15,77%
Total (*)	182.535	5.962	3,27%	133.996	7.321	5,46%

(*) O total de Prêmios emitidos de Consórcios e Fundos(DPVAT) no período de 30 de junho de 2018, de R\$ 14.833 (R\$ 18.195 em junho de 2017), não está contido no quadro acima.

f. Resultado com operações de resseguro

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Prêmios resseguros cedidos	(6.409)	(5.962)
Variação das provisões técnicas	108	(1.218)
Recuperação de indenização	4.215	7.321
Variação da provisão IBNR	(415)	138
Despesa/Receita com participação em lucros	(10)	-
Salvados e ressarcimentos	-	(47)
Total	(2.511)	232

6 Outros valores e bens

Descrição	30/06/2018			31/12/2017		
	Salvados	Ajuste ao valor justo	Valor ajustado	Salvados	Ajuste ao valor justo	Valor ajustado
Pendentes até 30 dias	357	-	357	411	(17)	394
Pendentes até 60 dias	963	(1)	962	1.501	(30)	1.471
Pendentes até 90 dias	701	(2)	699	925	(4)	921
Pendentes até 120 dias	445	(1)	444	453	(1)	452
Pendentes até 150 dias	267	(1)	266	270	(17)	253
Pendentes até 180 dias	179	(3)	176	263	(2)	261
Pendentes até 365 dias	938	(9)	929	883	(12)	871
Pendentes Acima de 365 dias	536	(15)	521	425	(4)	421
Totais (*)	4.386	(32)	4.354	5.131	(87)	5.044

(*) O principal ramo dos ativos não circulantes mantidos para venda é Automóvel. O prazo médio de venda é de 94 dias.

7 Créditos tributários e previdenciários

a. Composição

	30/06/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Diferenças temporárias	-	3.633	3.633	-	3.615	3.615
Impostos a compensar	<u>1.990</u>	-	<u>1.990</u>	<u>2.150</u>	-	<u>2.150</u>
Total	<u>1.990</u>	<u>3.633</u>	<u>5.623</u>	<u>2.150</u>	<u>3.615</u>	<u>5.765</u>

Os créditos tributários foram contabilizados levando em consideração o histórico de rentabilidade e a previsão de realização dos créditos, está fundamentada por estudo técnico, assim demonstrado:

	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>
Previsão de realização - %	33%	19%	20%	13%	15%

b. Movimentação das diferenças temporárias

Saldo e movimentação de tributos diferidos e diferenças temporárias de imposto de renda e de contribuição social.

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2017</u>	<u>Adiçõe</u> <u>s</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>30/06/2018</u>
Provisão para riscos de crédito	1.500	188	(22)	1.666
Provisão para contingências fiscais	689	31	(98)	622
Provisão para contingências cíveis	74	3	(10)	67
Provisão para contingências trabalhistas	193	10	(8)	195
Provisão para PLR de funcionários e diretoria, provisões não dedutíveis e ajuste ao valor de mercado	<u>1.159</u>	-	<u>(76)</u>	<u>1.083</u>
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	<u>3.615</u>	<u>232</u>	<u>(214)</u>	<u>3.633</u>

Os créditos tributários de diferenças temporárias referem-se principalmente a provisões de redução ao valor recuperável. Os orçamentos de resultados futuros e os históricos de resultados já realizados comportam a realização dos créditos tributários.

8 Contas a pagar
a. Obrigações à pagar

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Dividendos propostos à pagar	-	2.082
Participação nos lucros à pagar	1.149	1.346
Obrigações e benefícios trabalhistas	48	96
Serviços de assistência - repasse	<u>13.161</u>	<u>16.134</u>
Total	<u>14.358</u>	<u>19.658</u>

b. Impostos e contribuições

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de renda	631	-
Contribuição social	527	150
COFINS	563	538
PIS	<u>92</u>	<u>6.539</u>
Total	<u>1.813</u>	<u>7.227</u>

c. Outras contas a pagar

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores(*)	7.136	5.989
Cheques emitidos a compensar	418	679
Outras contas a pagar	<u>21</u>	<u>24</u>
Total	<u>7.575</u>	<u>6.692</u>

(*) Refere-se principalmente ao fornecimento de rastreadores, despesas participadas, contas de consumo e outras.

9 Depósitos de terceiros

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Até 30 dias	1.308	376
De 31 a 120 dias	<u>119</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.427</u>	<u>376</u>

10 Provisões técnicas

a. Movimentação das provisões técnicas de seguros

PERÍODO: JUNHO/2018					
Em milhares de Reais	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	(*) TOTAL
Saldo no início do período	177.708	91.965	9.958	4.227	283.858
Constituições/Cancelamentos	128.732	2.466	2.198	150	133.546
Diferimento pelo risco decorrido	(150.072)	-	-	-	(150.072)
Aviso de sinistros	-	93.991	-	-	93.991
Pagamento de sinistro	-	(113.483)	-	-	(113.483)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	37.719	-	-	37.719
Atualização monetária e juros	-	132	-	-	132
Encerramento	-	(25.315)	-	-	(25.315)
Saldo no final do período	156.368	87.475	12.156	4.377	260.376

PERÍODO: JUNHO/2017					
Em milhares de Reais	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	(*) TOTAL
Saldo no início do período	175.053	88.921	6.848	4.124	274.946
Constituições/Cancelamentos	178.343	-	1.161	64	179.568
Diferimento pelo risco decorrido	(168.468)	(2.060)	-	-	(170.528)
Aviso de sinistros	-	90.868	-	-	90.868
Pagamento de sinistro	-	(127.221)	-	-	(127.221)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	67.126	-	-	67.126
Atualização monetária e juros	-	112	-	-	112
Encerramento	-	(27.106)	-	-	(27.106)
Saldo no final do período	184.928	90.640	8.009	4.188	287.765

(*) O total das Provisões de Consórcios e Fundos (DPVAT) em 30 de junho de 2018 de R\$ 88.104 (R\$ 78.323 em 30 de junho de 2017), não está contido no quadro acima.

b. Movimentação dos custos de aquisição diferidos

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Saldo início do período	34.367	36.827
Constituição (líquido de cancelamento)	25.908	37.214
Diferimento (*)	<u>(29.921)</u>	<u>(36.802)</u>
Saldo no final do período	<u>30.354</u>	<u>37.239</u>

(*) O prazo médio de diferimento é realizado conforme a vigência das apólices, sendo em sua maioria 12 meses.

c. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros estimados e os sinistros pagos com as suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos

sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Junho/2018

Valores Brutos de Resseguro

Ano de Ocorrência	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Incorrido												
Até Data Base	118.982	120.399	116.178	147.729	189.586	190.567	205.551	212.447	212.351	251.367	93.545	1.858.702
Um Ano Mais Tarde	129.442	129.013	125.436	159.824	203.820	201.823	220.593	224.989	224.586	261.287		1.880.813
Dois Anos Mais Tarde	130.905	130.430	126.781	161.883	205.943	204.479	223.489	226.309	225.866			1.636.085
Três Anos Mais Tarde	132.229	131.578	127.425	163.141	207.373	205.843	223.819	226.831				1.418.239
Quatro Anos Mais Tarde	133.158	132.130	128.005	164.528	207.948	207.717	224.402					1.197.888
Cinco Anos Mais Tarde	133.497	132.644	128.890	165.074	209.002	208.881						977.988
Seis Anos Mais Tarde	133.973	133.417	130.433	165.631	209.021							772.475
Sete Anos Mais Tarde	134.438	133.985	131.553	165.641								565.617
Oito Anos Mais Tarde	134.349	134.693	131.473									400.515
Nove Anos Mais Tarde	134.342	134.896										269.238
Dez Anos Mais Tarde	134.547											134.547
Posição em 30/06/2018	134.547	134.896	131.473	165.641	209.021	208.881	224.402	226.831	225.866	261.287	93.545	2.016.390
Pago Acumulado												
Até Data Base	98.530	94.044	93.221	113.861	141.199	151.924	165.084	170.671	171.872	203.042	58.515	1.461.963
Um Ano Mais Tarde	127.685	124.820	123.317	157.182	200.194	198.834	218.233	221.367	221.733	255.039		1.848.404
Dois Anos Mais Tarde	128.583	127.625	124.386	159.261	202.211	201.180	220.175	222.642	222.413			1.608.476
Três Anos Mais Tarde	129.356	127.997	124.833	159.914	203.324	202.146	221.123	223.623				1.392.316
Quatro Anos Mais Tarde	129.850	128.683	125.456	162.009	204.299	203.850	221.328					1.175.475
Cinco Anos Mais Tarde	130.012	128.848	126.260	162.990	205.216	204.080						957.406
Seis Anos Mais Tarde	130.400	130.381	127.011	164.206	205.431							757.429
Sete Anos Mais Tarde	130.790	130.935	128.383	164.206								554.314
Oito Anos Mais Tarde	131.310	132.711	129.755									393.776
Nove Anos Mais Tarde	131.611	132.980										264.591
Dez Anos Mais Tarde	131.632											131.632
Posição em 30/06/2018	131.632	132.980	129.755	164.206	205.431	204.080	221.328	223.623	222.413	255.039	58.515	1.949.002
Provisão de Sinistros em 30/06/2018	2.915	1.916	1.718	1.435	3.590	4.801	3.074	3.208	3.453	6.248	35.030	67.388
Provisão de Sinistros de Anos Anteriores												6.175
PSL retrocessão												249
IBNER												16.142
PDR												4.377
Ajuste de Salvados / Ressarcimentos da PSL												(2.479)
Pendência final	2.915	1.916	1.718	1.435	3.590	4.801	3.074	3.208	3.453	6.248	35.030	91.852

Junho/2018

Valores Líquidos de Resseguro

Ano de Ocorrência	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Incorrido												
Até Data Base	109.975	110.115	107.345	138.621	172.276	179.980	193.602	197.414	197.849	238.711	89.922	1.735.810
Um Ano Mais Tarde	118.792	116.954	115.952	149.877	186.812	190.315	207.182	207.910	207.879	248.583		1.750.256
Dois Anos Mais Tarde	120.152	118.349	117.106	151.829	188.976	192.631	209.602	209.115	208.892			1.516.652
Três Anos Mais Tarde	121.165	118.912	117.733	152.804	190.225	193.787	209.834	209.469				1.313.929
Quatro Anos Mais Tarde	121.996	119.411	118.345	153.964	190.627	195.400	210.391					1.110.134
Cinco Anos Mais Tarde	122.286	119.911	118.938	154.366	191.576	196.311						903.388
Seis Anos Mais Tarde	122.689	120.521	120.393	154.780	191.556							709.939
Sete Anos Mais Tarde	123.096	120.975	121.487	154.790								520.348
Oito Anos Mais Tarde	123.064	121.539	121.345									365.948
Nove Anos Mais Tarde	122.979	121.735										244.714
Dez Anos Mais Tarde	123.177											123.177
Posição em 30/06/2018	123.177	121.735	121.345	154.790	191.556	196.311	210.391	209.469	208.892	248.583	89.922	1.876.171
Pago Acumulado												
Até Data Base	91.356	86.441	85.966	107.564	131.111	144.403	155.222	159.154	161.802	193.635	56.547	1.373.201
Um Ano Mais Tarde	117.158	113.955	113.941	147.374	183.583	187.504	204.998	205.002	205.531	242.835		1.721.881
Dois Anos Mais Tarde	118.005	115.758	114.938	149.369	185.335	189.557	206.603	206.185	206.171			1.491.921
Três Anos Mais Tarde	118.513	115.608	115.375	149.889	186.356	190.464	207.499	206.863				1.290.567
Quatro Anos Mais Tarde	118.952	116.195	115.956	151.764	187.289	192.060	207.704					1.089.920
Cinco Anos Mais Tarde	119.110	116.340	116.557	152.656	188.133	192.270						885.066
Seis Anos Mais Tarde	119.419	117.783	117.308	153.521	188.335							696.366
Sete Anos Mais Tarde	119.808	118.337	118.673	153.521								510.339
Oito Anos Mais Tarde	120.232	119.688	119.984									359.904
Nove Anos Mais Tarde	120.436	119.956										240.392
Dez Anos Mais Tarde	120.457											120.457
Posição em 30/06/2018	120.457	119.956	119.984	153.521	188.335	192.270	207.704	206.863	206.171	242.835	56.547	1.814.643
Provisão de Sinistros em 30/06/2018	2.720	1.779	1.361	1.269	3.221	4.041	2.687	2.606	2.721	5.748	33.375	61.528
Provisão de Sinistros de Anos Anteriores												5.810
PSL retrocessão												249
IBNER												14.094
PDR												4.085
Ajuste de Salvados / Ressarcimentos da PSL												(2.479)
Pendência final	2.720	1.779	1.361	1.269	3.221	4.041	2.687	2.606	2.721	5.748	33.375	83.287

d. Provisões de sinistros a liquidar - judiciais

A classificação das ações é feita com base no conhecimento que se tem dos fatos, bem como com base no entendimento jurisprudencial a respeito da matéria, à época do recebimento da ação. Posteriormente, de acordo com o trâmite processual e as decisões proferidas no bojo do processo, essa classificação pode ser reavaliada.

	30/06/2018				31/12/2017			
	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Valor Provisionado/ Valor Reclamado (%)	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Valor Provisionado/ Valor Reclamado (%)
Totais por classificação								
Provável	249	14.609	18.229	124,78%	246	15.070	18.288	121,36%
Possível	391	16.153	15.358	95,08%	355	13.255	13.437	101,37%
Remota	294	14.600	1.217	8,34%	375	16.935	1.649	9,74%
Total	934	45.362	34.804	76,73%	976	45.260	33.374	73,74%

	Seguro		Resseguro	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Saldo do início do período	33.374	34.596	3.500	3.484
Constituições/ reversões	3.755	3.132	769	497
Atualização monetária	131	112	282	67
Pagamentos	(1.621)	(2.998)	(132)	(601)
Baixas	(835)	(726)	(211)	(4)
Saldo final do período	34.804	34.116	4.208	3.443

11 Cobertura das provisões técnicas

Os bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisões técnicas	<u>348.480</u>	<u>361.225</u>
(-) Ativos de resseguro redutores de PSL	(8.273)	(9.134)
(-) Ativos de resseguros redutores de IBNR	(1.396)	(1.811)
(-) Ativos de resseguros redutores de PDR	(292)	(359)
(-) Direitos creditórios (*)	(70.830)	(67.909)
(-) Provisões Consórcio DPVAT	<u>(88.104)</u>	<u>(77.367)</u>
(=) Total a ser coberto	<u>179.585</u>	<u>204.645</u>

Bens oferecidos em cobertura:

Quotas de fundos de investimentos exclusivos	<u>284.514</u>	<u>305.708</u>
Excesso de cobertura	<u>104.929</u>	<u>101.063</u>

(*) Corresponde ao montante de créditos decorrente do parcelamento dos prêmios de seguros a vencer de riscos emitidos e também de riscos vigentes e não emitidos. Não são consideradas as parcelas vencidas e vincendas do mesmo devedor.

12 Provisões judiciais

a. Movimentação de provisões

A Seguradora é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais para os processos de natureza cível e trabalhista classificados como “prováveis” e para os processos de natureza fiscal considerados como “obrigação legal”.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face à eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado a obrigação legal em discussão judicial é mantido até o julgamento definitivo da ação, sobre as quais não cabem mais recursos.

Natureza	Saldo em					Saldo em	Quantidade de processos	Deposito judicial em 30/06/2018 (*)	Deposito judicial em 31/12/2017 (*)
	31/12/2017	Principal	Atualizações	Pagamentos	Baixa				
1 - Fiscal	6.408	-	79	-	-	6.487	3	6.729	6.621
2 - Trabalhista	481	1	25	-	(21)	486	9	597	581
3 - Cível	<u>185</u>	<u>6</u>	<u>4</u>	<u>(3)</u>	<u>(25)</u>	<u>167</u>	<u>11</u>	-	-
Total	7.074	7	108	(3)	(46)	7.140	23	7.326	7.202

(*) O saldo dos depósitos judiciais não contempla outras garantias oriundas de discussões judiciais no montante de R\$ 3.494 (R\$ 2.641 em 31 de dezembro de 2017).

b. Descrição resumida dos processos

As obrigações legais e as discussões de natureza fiscal referem-se, principalmente, a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial, com destaque para: **(i) CPMF** - A Seguradora vem contestando, judicialmente, a legalidade da CPMF que incidiu sobre a transferência de carteira de planos previdenciários, conforme determinações contidas na Lei Complementar nº 109, de 10 de maio de 2001. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera a probabilidade de perda possível. O valor provisionado em 30 de junho de 2018 monta R\$ 609 (R\$ 602 em 31 de dezembro de 2017). A provisão está coberta por depósitos judiciais decorrente desta ação no montante de R\$ 720 (R\$ 703 em 31 de dezembro de 2017); **(ii) PIS** - O processo judicial no qual se discutia o alargamento da base de cálculo do PIS transitou em julgado, em 2008, afastando a aplicação do conceito de faturamento definido no artigo 3º da Lei nº 9.718/1998. Em decorrência a provisão constituída no montante de R\$ 2.935 foi revertida em 2008. No processo de levantamento do depósito judicial, a Fazenda Nacional se opôs sob o argumento de que as decisões proferidas no curso do Mandado de Segurança não teriam sido tratadas especificamente da incidência do PIS sobre as receitas financeiras e prêmios de seguros, os quais por terem caráter operacional, estariam compreendidos no conceito de faturamento. Esta interpretação teve acolhimento pelo Juízo de Primeira Instância, que determinou a conversão em renda da União os valores judicialmente depositados. Contra esta decisão, foi interposto Agravo de Instrumento, em que postula o levantamento integral dos valores depositados, sob o argumento da coisa julgada material aperfeiçoado nos autos do Mandado de Segurança. A Administração, considerando o histórico do processo e decisão em caso semelhante em processo de congêneres, considerou reconstituir, em maio de 2011 a provisão calculada sobre os prêmios de seguros, outras receitas operacionais e receitas financeiras. O valor provisionado em 30 de junho de 2018 é de R\$ 4.780 (R\$ 4.728 em 31 de dezembro de 2017) a provisão está coberta por depósitos judiciais decorrentes desta ação no montante de R\$ 5.358 (R\$ 5.293 em 31 de dezembro de 2017) e estão registrados no ativo não circulante. O recolhimento desta contribuição vinha sendo efetuada sobre as receitas com salvados. **(iii) INSS** - A Seguradora vem contestando, judicialmente a aplicação do FAP (Fator Acidentário de Prevenção) sobre as contribuições do SAT/RAT, conforme determina o Decreto nº 6.957/2009. O valor provisionado em 30 de junho de 2018 é de R\$ 1.098 (R\$ 1.078 em 31 de dezembro de 2017) e os assessores jurídicos classificam a probabilidade de perda desse processo como possível. Parte da provisão está coberta por depósitos judiciais decorrente desta ação no montante de R\$ 651 (R\$ 625 em 31 de dezembro de 2017) e estão registrados no ativo não circulante.

c. Ações trabalhistas

As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por ex-empregados que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas. A Administração realiza acompanhamentos periódicos para cada ação, bem como a avaliação por parte de assessoria jurídica sobre os valores envolvidos e a probabilidade de perda de causas. O valor provisionado em 30 de junho de 2018 é de R\$ 486 (R\$ 481 em 31 de dezembro de 2017). O montante relacionado ao valor pleiteado relativo as ações de probabilidade de perda possível e remota é de R\$ 32 (R\$ 16 em 31 de dezembro de 2017).

d. Ações cíveis

A Seguradora responde a processos de natureza cível, impetrados por segurados, relacionados a cotação não efetivados pela Seguradora e que estão em diversas fases de tramitação. O valor provisionado em 30 de junho de 2018 é de R\$ 167 (R\$ 185 em 31 de dezembro de 2017). O montante relacionado ao valor pleiteado relativo as ações com probabilidade de perda possível e remota é de R\$ 348 em 30 de junho de 2018 (R\$ 397 em 31 de dezembro de 2017).

13 Patrimônio líquido

a. Composição do capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$83.969 (R\$81.887 em 31 de dezembro de 2017) está representado por 64.081.750 (63.176.619 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de março de 2018 a Diretoria propôs aumentar o capital no montante de R\$ 2.082, elevando-o de R\$ 81.887 para R\$ 83.969, com emissão de 905.131 novas ações. Este aumento de capital que foi realizado com a integralização dos dividendos propostos em 29 de março de 2018, foi aprovado pela SUSEP em 07 de junho de 2018, através da Portaria SUSEP nº 937, publicada no Diário Oficial da União em 11 de junho de 2018.

b. Reservas

Reserva legal

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

Reservas estatutárias

A reserva estatutária é constituída ao final de cada exercício social, pelo valor do lucro líquido do exercício, após deduções legais e distribuições propostas, conforme determinado no Estatuto Social, esta constituição está limitada à 80% do Capital Social.

Lucros acumulados

Qualquer lucro que restar após a distribuição de dividendos nos registros legais do Grupo e as apropriações às reservas legais será transferido à reserva para investimentos futuros. Essa reserva poderá ser distribuída na forma de dividendos, se houver a aprovação dos Acionistas.

c. Dividendos

Aos Acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

14 Detalhamento das contas de resultado

a. Principais ramos de atuação (bruto de resseguro)

Ramo	Prêmios Ganhos		%		%	
			Indice de sinistralidade		Indice de comissionamento	
	jun/18	jun/17	jun/18	jun/17	jun/18	jun/17
Automóveis	114.190	123.648	61,68%	70,10%	18,03%	19,56%
R.C.F.-veículos	30.793	26.637	78,09%	86,29%	23,27%	24,24%
Compreensivo residencial	6.859	6.742	33,80%	53,22%	37,83%	38,99%
Compreensivo empresarial	7.478	9.723	13,31%	52,12%	31,92%	30,20%
Assistência e outras coberturas - auto	2.072	2.372	32,87%	32,97%	17,91%	18,51%
Consórcio DPVAT	14.148	17.864	84,94%	85,69%	1,26%	1,20%
Demais	3.412	3.538	3,40%	20,01%	27,52%	23,91%
	<u>178.952</u>	<u>190.524</u>	<u>61,80%</u>	<u>70,92%</u>	<u>19,12%</u>	<u>19,79%</u>

b. Prêmios emitidos

	30/06/2018	30/06/2017
Prêmios diretos	143.809	180.969
Consórcio DPVAT	14.833	18.195
Prêmios - Riscos vigentes não emitidos	<u>(345)</u>	<u>1.566</u>
Total	<u>158.297</u>	<u>200.730</u>

c. Sinistros ocorridos

	30/06/2018	30/06/2017
Sinistros diretos	(113.518)	(133.996)
Salvados e Ressarcimentos	17.280	15.437
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(2.198)	(1.161)
Consórcio DPVAT	(12.016)	(15.308)
Provisão despesas relacionadas	<u>(149)</u>	<u>(83)</u>
Total	<u>(110.601)</u>	<u>(135.111)</u>

d. Custo de aquisição

	30/06/2018	30/06/2017
Comissões	(30.026)	(37.898)
Variação das despesas de comercialização diferidas	(4.012)	413
Consórcio DPVAT	<u>(178)</u>	<u>(215)</u>
Total	<u>(34.216)</u>	<u>(37.700)</u>

e. Outras receitas/despesas operacionais

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Despesas com manutenção e rastreamento de veículos	(3.679)	(5.979)
Despesas com assistência ao segurado	(64)	(27)
Despesas com prestação de serviços	(55)	(198)
Despesas com inspeção de risco	(596)	(1.105)
Despesas com cobrança	(733)	(779)
Despesas com administração de apólice	(206)	(347)
Despesas com Remuneração Extra	(126)	(232)
Redução ao valor recuperável	(471)	60
Despesas com consórcio DPVAT	(1.020)	(1.580)
Outras receitas/despesas	<u>(299)</u>	<u>526</u>
Total	<u>(7.249)</u>	<u>(9.661)</u>

f. Despesas administrativas

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Despesas com pessoal próprio e encargos sociais	(14.042)	(12.976)
Despesas com localização e funcionamento	(3.922)	(3.735)
Despesas com serviços de terceiros	(3.341)	(2.724)
Despesas administrativas de representação	(2.060)	(2.754)
Receita/despesa participadas(*)	(456)	2.790
Despesas com consórcio - DPVAT	(1.081)	(889)
Outras	<u>(473)</u>	<u>(243)</u>
Total	<u>(25.375)</u>	<u>(20.531)</u>

(*) Receitas e despesas com partes relacionadas, como aluguel, condomínio, contas de consumo e outras.

g. Despesas com tributos

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Despesas com Cofins	(3.659)	(3.864)
Despesas com PIS	(595)	(197)
Despesas com taxa de fiscalização	(369)	(365)
Outras	<u>(183)</u>	<u>(201)</u>
Total	<u>(4.806)</u>	<u>(4.627)</u>

h. Resultado financeiro

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Receitas Financeiras:	<u>18.219</u>	<u>22.429</u>

Rendimento das aplicações	9.272	16.898
Receitas com operações de seguros	1.521	3.213
Dividendos	703	833
Valor justo	22	268
Receitas financeiras com atualização monetária - Dep. Jud.	245	309
Receitas financeiras com atualização monetária - Selic	56	778
Receitas financeiras - DPVAT	94	130
Resultado na Venda - Ações IRB	6.206	-
Resultado na Venda - Ações Outras	61	-
Reversão receita financeira - Pis	39	-
Despesas Financeiras	(1.434)	(2.842)
Despesas com atualização monetária	(104)	(558)
Despesas com operações de seguros	(1.312)	(2.106)
Valor justo	(2)	(163)
Despesas com juros	(4)	(5)
Despesas financeiras - DPVAT	(12)	(10)
Total	<u>16.785</u>	<u>19.587</u>

15 Impostos sobre a renda correntes e diferidos

Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

Descrição	<u>Imposto de renda</u>		<u>Contribuição social</u>	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Lucro antes dos impostos e após participações	<u>11.715</u>	<u>3.994</u>	<u>11.715</u>	<u>3.994</u>
Adições/(exclusões) permanentes:				
Outras	(1.083)	(1.466)	(545)	(650)
Adições/(exclusões) temporárias:				
Provisões judiciais	(179)	(496)	(179)	(496)
Provisões para riscos sobre créditos	416	(24)	417	(24)
Provisões para pagamento de despesas	(154)	(1.005)	(153)	(1.317)
Base de calculo dos tributos	<u>10.715</u>	<u>1.003</u>	<u>11.255</u>	<u>1.507</u>
Compensação de base 30%	(318)	-	-	-
Base de calculo dos tributos após a compensação	10.397	1.003	11.255	1.507
Impostos correntes às alíquotas vigentes	(2.587)	(239)	(2.231)	(302)
Incentivos fiscais	-	9	-	-
Impostos a pagar	<u>(2.587)</u>	<u>(230)</u>	<u>(2.231)</u>	<u>(302)</u>
Créditos tributários:				
Sobre diferenças temporárias	(59)	(381)	(2)	(275)
Total de despesas de imposto de renda e contribuição social	<u>(2.646)</u>	<u>(611)</u>	<u>(2.233)</u>	<u>(577)</u>
Taxa efetiva	24%	23%	20%	20%

16 Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015, e alterações posteriores, pela Resolução CNSP nº 343/2016, e alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao Capital de Risco (CR). O CMR é equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. A Companhia está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado, como demonstrado abaixo:

A Resolução CNSP nº 321/2015, e alterações posteriores, determina que as sociedades seguradoras apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 30 de junho de 2018 a Companhia apresenta liquidez de 169% equivalente a R\$ 104.929.

Patrimônio líquido ajustado	<u>30/06/2018</u>
1. Ajustes contábeis	
(+) Patrimônio líquido	154.098
(-) Despesas antecipadas	(341)
(-) Ativo intangível	(391)
Subtotal - Patrimônio líquido ajustado	153.366
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos	
Superávit entre as provisões exatas constituídas e o fluxo realista de prêmios/contribuições registradas utilizado no cálculo da PCC	<u>1.068</u>
Subtotal ajustes dos valores econômicos	<u>1.068</u>
Patrimônio líquido ajustado - PLA (1 + 2)	<u>154.434</u>
Capital-base (I)	15.000
Capital de risco (II)	61.933
Risco de subscrição	57.053
Risco de crédito	2.569
Risco operacional	2.485
Risco de Mercado	3.749
Deflator - correção entre riscos	<u>(3.923)</u>
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	<u>61.933</u>
Suficiência de capital (PLA - CMR)	<u>92.501</u>

17 Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas envolvem:

(i) Contratos de seguros de ramos elementares e automóveis, realizadas com a empresa controladora: Corumbal Participações e Administração Ltda..

(ii) Contratos de seguros de ramos elementares e automóveis, realizadas com outras a empresas do mesmo grupo acionário: Alfa Arrendamento Mercantil S.A., Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., Banco Alfa de Investimento S.A., Banco Alfa S.A., C & C Casa e Construção Ltda., Companhia Refinadora da Amazônia Ltda., Companhia Transamérica de Hotéis - SP, Financeira Alfa S.A., Instituto Alfa de Cultura, Metro Tecnologia e Informática Ltda., Rádio Transamérica de São Paulo Ltda., Soubach Beneficiamento em Cursos Ltda., Transamérica Comercial e Serviços Ltda., Transamérica de Hotéis NE Ltda. e Transamérica Expo Center Ltda..

(iii) Rateio de despesas administrativas com as seguintes empresas: Banco Alfa de Investimento S.A., Alfa Previdência e Vida S.A. e Financeira Alfa S.A. e rateio de prestação de serviços diversos que englobam serviços de limpeza, segurança, consultoria contábil e fiscal serviços de informática e comissão de

corretagens com as empresas do mesmo grupo acionário: Financeira Alfa S.A.; Metro Tecnologia Informática Ltda., Metro Sistemas de Informática Ltda. e Metro Dados Ltda..

(iv) O Banco Alfa de Investimentos S.A. realiza a administração dos investimentos da Seguradora, sendo pago taxa de administração correspondente a 0,116% ao mês. O valor pago a título de taxa de administração foi de R\$ 168 em 30 de junho de 2018 (R\$ 171 em 30 de junho de 2017).

(v) A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração da Alfa Seguradora, registrada na rubrica “Despesas administrativas”, totalizou, no semestre, R\$ 858 (R\$ 804 em 30 de junho de 2017) que compreende substancialmente a benefícios de curto prazo relacionados a salários. A Seguradora não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

(vi) Alguns membros da Seguradora e também de outras Empresas do grupo Alfa, considerados como “pessoal-chave da Administração”, possuem planos de previdência na Alfa Previdência e Vida S.A, Entidade do Grupo independente da Alfa Seguradora S.A, cujo montante de reserva em 30 de junho de 2018, totaliza R\$ 119.997 (R\$ 119.660 em 31 de dezembro de 2017).

As operações estão demonstradas a seguir:

	<u>Direitos</u>		<u>Obrigações</u>		<u>Receitas</u>		<u>Despesas</u>	
	<u>30/06/18</u>	<u>31/12/17</u>	<u>30/06/18</u>	<u>31/12/17</u>	<u>30/06/18</u>	<u>30/06/17</u>	<u>30/06/18</u>	<u>30/06/17</u>
Prestação de serviços e rateio de despesas administrativas (iii)	97	1.277	1.219	376	398	2.809	(3.319)	(2.106)
Contratos de seguros com a empresa controladora (i)	3	-	2	-	3	1	-	-
Contratos de seguros com outras a empresa do mesmo grupo acionário (ii)	<u>59</u>	<u>79</u>	<u>54</u>	<u>76</u>	<u>360</u>	<u>74</u>	<u>(15)</u>	<u>(11)</u>
Total	<u>159</u>	<u>1.356</u>	<u>1.275</u>	<u>452</u>	<u>761</u>	<u>2.884</u>	<u>(3.334)</u>	<u>(2.117)</u>

18 Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Estrutura de Gestão de Riscos da Companhia foi estabelecida conforme previsto pela Circular SUSEP n.º 521 de 18/12/2015.

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia são os riscos de seguros, de crédito, de liquidez, de mercado e operacional. A Companhia faz parte do grupo Alfa e conseqüentemente utiliza-se da estrutura de gerenciamento de risco do grupo (Apoio), administrando seus riscos de forma corporativa. A administração desses riscos contempla uma série de políticas e estratégias consideradas adequadas pela sua Administração. Essas políticas e estratégias, além de serem reavaliadas frequentemente, contemplam, entre outras, a verificação tempestiva da adequação das aplicações financeiras comparadas aos vencimentos dos passivos. O grupo Alfa possui controles internos que se destinam a garantir que as políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela Administração da Companhia.

b. Risco de seguro

O risco de seguro advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo de prêmios e contribuições. Em síntese é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Sociedade Seguradora.

A gestão do risco de seguro é feita através da observação dos princípios de prudência na subscrição de apólices, aliada aos objetivos de rentabilidade e preservação da segurança das operações. Cada unidade responsável pela gestão de produtos tem a sua política própria, com orientações claras sobre os tipos de risco aceitáveis, de forma automática ou sob análise da Matriz. Os limites de contratação das coberturas seguráveis são controlados por sistema informatizado, com objetivo de garantir que a exposição máxima da Seguradora seja limitada, de acordo com os planos de resseguro contratados. A estratégia de resseguros se utiliza de contratos proporcionais e não proporcionais garantindo que as retenções dos riscos não acarrete exposição à perda a Seguradora.

A seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programa de resseguro, com resseguradores que possuam rating de risco de crédito de alta qualidade. As provisões técnicas atuariais são constituídas e acompanhadas atendendo a legislação vigente e utilizando metodologias aceitas dentro das práticas do mercado.

Os seguros de bens e responsabilidades tem a aceitação controlada na Matriz, com níveis de alçadas para cada tipo de risco, atividade das empresas e valores segurados. Os seguros de veículos tem sua aceitação realizada através de parametrização de sistema próprio, onde cada veículo, região de circulação e valores segurados são revistos mensalmente.

A área de controles internos realiza semestralmente avaliação dos controles existentes em cada departamento da Seguradora, para garantir que todos estejam em conformidade com a natureza e extensão dos riscos.

A análise quantitativa é realizada através da avaliação e acompanhamento do índice de sinistralidade por ramo bem como nas visões de produto, canal e região. Adicionalmente é realizado o acompanhamento da frequência e da severidade de sinistros ocorridos tomando as devidas ações de correção sempre que necessário. A análise quantitativa é realizada com base nas informações de prêmio retido e sinistros retidos dos últimos doze meses anterior à data base no nível do ramo.

c. Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a seguradora.

O monitoramento do risco de crédito da Companhia, conta com apoio da área de gestão dos ativos do Grupo Alfa, que faz acompanhamentos diários dos ativos que compõem a carteira e busca avaliar a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações observando inúmeras variáveis no mercado.

Para a decisão em aceitação destes ativos avalia-se as condições da contraparte para garantir a exposição ao risco e delinear as decisões da Companhia com relação aos ativos presentes e a serem adquiridos podendo causar um movimento de compra ou venda do mesmo em decorrência desta análise.

A seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas no rating atribuídas por agentes classificadores.

Descrevemos abaixo o principal risco de crédito:

- **Aplicações financeiras** - estão concentradas em títulos públicos federais através de fundo de investimentos exclusivos que são considerados de menor risco. Existe ainda, uma parcela de aplicações financeiras, em ações negociadas na B3, Brasil, Bolsa, Balcão com alta liquidez e em letras financeiras negociadas na CETIP. O saldo das ações em títulos de renda variável - ações é de R\$ 17.319 (R\$ 17.000 em 31 de dezembro de 2017) e de R\$ 3.976 (R\$ 3.785 em 31 de dezembro de 2017) para títulos privados - letras financeiras.

d. Rating dos Ativos Financeiros

Carteira de ativos por nível de risco

Ativos Financeiros/ Rating*	Grau de Investimento				Total
	Soberano	A	A-	Sem Rating	
Fitch		A2	A3		
Moody's		A	A-		
S&P					
Títulos de renda fixa – letras financeiras do tesouro	253.071	-	-	-	253.071
Cotas de fundos DPVAT	-	-	-	88.174	88.174
Títulos de renda fixa – letras do tesouro nacional - compromissadas	42.390	-	-	-	42.390
Títulos de renda variável - ações	-	-	17.319	-	17.319
Títulos privados - letras financeiras	-	3.976	-	-	3.976
Outras aplicações	-	-	-	66	66
Contas a pagar de fundos exclusivos	-	-	-	(37)	(37)
Total em 30 de junho de 2018	295.461	3.976	17.319	88.203	404.959

(*) Foram utilizadas classificações de crédito das agências *Fitch Ratings*, *Moody's* e *Standard & Poor's*, nesta ordem. Os ativos soberanos possuem classificação BB (risco país: junho/2018). Alguns ativos não tem classificação, portanto, foram consideradas como "sem rating".

Créditos de operações com resseguradores

Ressegurador	Agência Classificadora	Classificação de Risco	Crédito de operações com Resseguradores
IRB BRASIL RESSEGUROS S.A.	A. M. Best Company	A-	3.469
XL RESSEGUROS BRASIL S.A.	Standard & Poor's / FITCH	A+	22
TRANSATLANTIC REINSURANCE COMPANY	A. M. Best Company	A+	53
EVEREST REINSURANCE COMPANY	Standard & Poor's / FITCH	A+	16
MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S.A.	Standard & Poor's / FITCH	A	2.682
AUSTRAL RESSEGURADORA S.A.	Standard & Poor's / FITCH	A-	592
	FITCH	A-	-
	A. M. Best Company	A-	-
HANNOVER RUCKVERSICHERUNG AG	A. M. Best Company	A+	37
	Standard & Poor's / FITCH	AA-	-
SCOR BRASIL RESSEGUROS	Standard & Poor's	AA-	150
TERRA BRASIS RESSEGUROS	Standard & Poor's	AA+	154
		TOTAL	7.175

e. Riscos de liquidez

A Companhia está exposta a uma série de riscos financeiros transferidos por diversos ativos e passivos financeiros.

Para mitigar os riscos significativos utiliza-se uma abordagem de gestão de ativos e passivos, considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos. Consideram-se também as normas regulatórias do mercado financeiro e do mercado de seguros e o ambiente macroeconômico.

Os métodos desse gerenciamento de ativos e passivos avaliam o desempenho das carteiras de ativos (rentabilidade) e o horizonte de liquidação das obrigações originadas de contratos de seguros e passivos financeiros em curtos e longos prazos baseado na melhor expectativa quanto à liquidação destas obrigações, considerando o histórico destes.

O risco de liquidez é o risco de que os recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagar obrigações futuras quando vencidas. Conseqüentemente, a política de gestão de risco de liquidez utilizará de todos os recursos para manter o compromisso de honrar todos os passivos até o vencimento. Como efeito deste compromisso, a Administração mantém a concentração destes ativos basicamente em fundos de investimentos em títulos públicos federais, de natureza de alta rentabilidade e liquidez e a Administração avalia frequentemente o resultado desse estudo e realinha sua estratégia de investimentos quando necessário.

A política de gestão de risco de liquidez leva em consideração a necessidade de recursos de caixa e controles internos operacionais eficientes e dinâmicos para honrar os compromissos assumidos. Nesta gestão considera-se o ciclo operacional da captação do seguro, que serão reinvestidos conforme a política de investimentos da Seguradora.

Utiliza-se para avaliação do risco de liquidez, a gestão do fluxo de caixa operacional considerando o casamento dos ativos e passivos no curto e longo prazo.

A tabela abaixo exemplifica a estrutura dos ativos e passivos através do fluxo de caixa não descontado:

Fluxo de caixa não descontado	30/06/2018			31/12/2017		
	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Letras financeira do tesouro	3.774	249.297	253.071	89.242	158.658	247.900
Letra do tesouro nacional - compromissadas	42.390	-	42.390	66.327	-	66.327
Títulos privados - letras financeiras	-	3.976	3.976	-	3.785	3.785
Renda Variável - ações	17.319	-	17.319	17.686	-	17.686
Cotas de fundos - DPVAT	88.174	-	88.174	77.471	-	77.471
Incentivos fiscais	66	-	66	66	-	66
Contas a pagar de fundos exclusivos	(37)	-	(37)	(38)	-	(38)
Total dos ativos financeiros	151.686	253.273	404.959	250.754	162.443	413.197
Crédito das operações	99.818	-	99.818	96.353	-	96.353
Títulos e créditos a receber	5.774	14.453	20.227	5.227	13.458	18.685
Outros valores e bens	4.354	-	4.354	5.044	-	5.044
Despesas antecipadas	341	-	341	74	-	74
Custos de aquisição diferidos	30.354	-	30.354	34.367	-	34.367
Ativos de resseguros e retrocessão	14.605	1.957	16.562	15.710	1.756	17.466
Caixa e bancos	1.571	-	1.571	2.720	-	2.720
Total ativos	308.503	269.683	578.186	410.249	177.657	587.906
Provisões técnicas - seguros	(336.311)	(12.169)	(348.480)	(350.556)	(10.669)	(361.225)
Contas a pagar	(32.591)	(7.025)	(39.616)	(41.689)	(6.882)	(48.571)
Débito das operações com seguros e resseguros	(28.455)	-	(28.455)	(26.674)	-	(26.674)
Depósitos de terceiros	(1.427)	-	(1.427)	(376)	-	(376)
Outros débitos	-	(7.628)	(7.628)	-	(7.465)	(7.465)
Total passivos	(398.784)	(26.822)	(425.606)	(419.295)	(25.016)	(444.311)

f. Riscos de mercado

O risco de mercado é o grau de probabilidade de ocorrências de perda proveniente de variação nos preços/valores de qualquer ativo/instrumento financeiro num determinado grau de confiança e horizonte de tempo. A avaliação de risco de mercado consiste na observação diária de parâmetros de volatilidade, para que esta possa refletir a assertividade esperada onde cada operação é verificada quanto as suas características e forma de apreçamento, sendo utilizadas fontes de precificação.

Os processos e metodologias de gestão de riscos do grupo Alfa seguem as práticas do mercado financeiro, praticadas com transparência e consonância às diretrizes regulatórias e mandatórias da política de investimento.

Os controles são executados pela área financeira com apoio da estrutura de gerenciamento de risco do grupo Alfa, administrando seus riscos de forma corporativa. A Administração desses riscos contempla uma série de políticas e estratégias consideradas adequadas pela sua Administração.

Essas políticas e estratégias, além de serem reavaliadas frequentemente, contemplam, entre outras, a verificação tempestiva da adequação das aplicações financeiras comparadas aos vencimentos dos passivos. O Grupo Alfa possui controles internos que se destinam a garantir que as políticas e estratégias estão sendo

cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela Administração da Seguradora.

O Grupo Alfa utiliza-se da avaliação de risco através do *VaR* (*Value at Risk*) paramétrico, com intervalo de confiança de 99%, horizonte de análise de 1 e 21 dias úteis. Destaca-se a utilização de tratamento de volatilidade pelo método *EWMA* com fator de decaimento de 0,94. Concomitantemente ao controle de *VaR*, testes de *stress* são efetuados baseados nos cenários e premissas divulgados ao mercado pela B3, Brasil, Bolsa, Balcão. Ambos os controles de avaliação de risco e *stress* possibilitam dimensionar a probabilidade de perda financeira, com determinado grau de confiança para um horizonte de tempo.

Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) para os ativos do fundo de investimento, SELIC para títulos públicos e a variação do Ibovespa para ativos em renda variável. Em 2018, o desempenho global dos ativos financeiros, no acumulado do período foram:

Ativo	Rentabilidade do período	Benchmark	Comparação com Benchmark
Renda Variável	42,21%	(4,76)%	(886,76)%
Renda Fixa	3,08%	3,17%	97,16%
Renda Fixa (Títulos Públicos)	3,18%	3,18%	100,00%

g. Risco operacional

Gerenciamento de risco operacional

A Seguradora entende como risco operacional riscos relacionados com fraudes, reclamações trabalhistas, reclamações de clientes, interrupção de atividades, falhas sistêmicas e falha no gerenciamento de processos. A empresa possui sistema de Controles Internos que possibilita o mapeamento dos controles e os riscos relacionados aos processos das operações de seguro.

Controles de risco operacional

A metodologia para acompanhamento e formalização destas matrizes de risco é o CSA (*Control Self Assessment*) - ciclo de auto-avaliação. O ciclo de auto-avaliação é realizado semestralmente, sendo formalizado pela Gerência de Controles Internos um cronograma de trabalho o qual é aprovado pela Diretoria Colegiada. As principais Gerências da Seguradora possuem os riscos avaliados conforme metodologia definida.

Atuando continuamente na Prevenção e Combate a Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, buscando aprimorar seus controles para informar prontamente o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF. Assim como, na identificação e análise de Pessoas Politicamente Expostas.

Risco legal/regulatório

Este tipo de risco é definido pela Seguradora como a não conformidade com a legislação vigente e a não adequação ao código de ética e conduta. A Seguradora através de seu quadro de colaboradores e advogados, especializados em seguros, atuam conjuntamente com a área de Controles Internos alinhando os processos às exigências dos Órgãos Reguladores

19 Concentração de riscos

As tabelas abaixo representam as exposições máximas ao risco nas regiões onde a seguradora opera. Os valores estão detalhados por região geográfica para junho de 2017 e junho de 2018, e abrangem todos os ramos, agrupados em três categorias: Auto (Ramos 0520, 0531, 0542, 0553), Compreensivo (Ramos 0114 e 0118) e Demais Ramos (0141, 0171, 0351, 0628, 1130, 1162 e 1602). Foram considerados os valores das importâncias seguradas expostas das apólices com risco a decorrer em 30 de junho de 2018.

Para mitigar o risco que a Companhia está exposta, foram firmados contratos de resseguro para todas as categorias de produtos.

Concentração de risco em 30/06/2018												
Ramo	Norte	%	Nordeste	%	Sudoeste	%	Sudeste	%	Sul	%	Total	%
Auto	120.029	0%	1.201.777	4%	4.335.740	13%	10.488.422	31%	3.452.281	10%	19.598.249	58%
Compreensivo	31.362	0%	219.771	1%	2.521.252	7%	7.757.084	23%	2.258.605	7%	12.788.074	38%
Demais ramos	1.344	0%	18.794	0%	137.375	0%	851.184	2%	787.788	2%	1.796.485	4%
Total	152.735	0%	1.440.342	5%	6.994.367	20%	19.096.690	56%	6.498.674	19%	34.182.808	100%

Concentração de risco em 30/06/2017												
Ramo	Norte	%	Nordeste	%	Sudoeste	%	Sudeste	%	Sul	%	Total	%
Auto	73.049	0%	1.534.470	4%	4.560.467	11%	14.668.301	37%	3.992.246	10%	24.828.533	62%
Compreensivo	27.891	0%	251.794	1%	2.400.653	7%	9.157.394	23%	2.213.779	6%	14.051.511	37%
Demais ramos	1.156	0%	16.577	0%	113.612	0%	561.076	1%	95.299	0%	787.720	1%
Total	102.096	0%	1.802.841	5%	7.074.732	18%	24.386.771	61%	6.301.324	16%	39.667.764	100%

20 Sensibilidade aos riscos

Risco operacional

A Seguradora efetua o teste de sensibilidade com o objetivo de demonstrar o impacto de uma mudança atípica na variável sinistralidade das operações de seguros, pois esta é representativa dos efeitos da ocorrência de sinistros e sua severidade. O impacto da sinistralidade foi testado através da simulação de um aumento de 5%, sensibilizando o resultado e o patrimônio líquido conforme tabela abaixo.

	30/06/2018		30/06/2017	
	Efeito no Resultado Operacional Antes dos Impostos (R\$ mil)	Efeito no Patrimônio Líquido (R\$ mil)**	Efeito no Resultado Operacional Antes dos Impostos (R\$ mil)	Efeito no Patrimônio Líquido (R\$ mil)**
Líquido de resseguro	(5.319)	(2.926)	(6.389)	(4.446)
Bruto de Resseguro*	(5.530)	(3.042)	(6.756)	(4.917)

(*) Para calcular os valores brutos, retiramos o resseguro tanto do prêmio quanto do sinistro.

(**) O impacto no Patrimônio Líquido considera o efeito no final do semestre.

Risco de mercado

Análise de sensibilidade da taxa de juros e índice IBOVESPA

Para complemento do controle de riscos, são efetuados análises de sensibilidade em conjunto ao *VaR* e *Stress Test*, em cenários históricos de ocorrências de elevação ou diminuição de ativos e passivos em conjunto com a análise do cenário macroeconômico atual.

Segue abaixo a análise de sensibilidade para os riscos financeiros para ativos financeiros designados a valor justo por meio de resultado, levando em consideração a melhor e a pior estimativa (cenário) para os ativos da Seguradora. O resultado apresentado é uma análise de variação de taxa de juros, inflação e índice Bovespa do período base de 30 de junho de 2018.

Variável Financeiro	2018/2017	Impacto Estimado em 30/06/2018
	Premissas	Resultado do período (*)
Taxa de Juros - LFT	10%	1.645
Taxa de Juros - LFT	(10)%	(1.645)
Taxa pré - LTN	10%	271
Taxa pré - LTN	(10)%	(271)
Ibovespa	10%	173
Ibovespa	(10)%	(173)
Inflação	10%	15
Inflação	(10)%	(15)

Com relação à taxa de juros, na carteira encontram-se Letras do Tesouro Nacional - na forma compromissada, cujo resultado já é determinado diariamente e Letras Financeiras do Tesouro cujas taxas acompanham a variação da taxa Selic. Como premissa estimamos impacto positivo e negativo de 10% sobre a taxa Selic base de junho/2018 (6,50% a.a.. A mesma premissa foi definida para a taxa-pré (6,39% a.a.).

Para as informações relacionadas ao índice Bovespa, utilizamos como premissa de mercado, informações disponíveis no fechamento em junho/2018, desta forma consideramos um índice de 10% observando que as movimentações seriam da ordem de 65 mil a 80 mil pontos.

As limitações da análise de sensibilidade - Os quadros acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

21 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

CPC 48 (IFRS 9 Financial Instruments -instrumentos financeiros)

O CPC 48 (IFRS 9), publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). O CPC 48 (IFRS 9) inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos

financeiros da IAS 39. O CPC 48 (IFRS 9) é efetivo para semestres iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está em fase de levantamento de diagnóstico e avaliará os efeitos do CPC 48 (IFRS 9) nas demonstrações financeiras intermediárias e nas suas divulgações futuras, tendo em vista que ainda não foi adotado pela Susep..

A IFRS 17 - Contratos de Seguros,

Em 18 de maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17, Contratos de Seguros substituindo a IFRS 4, Contratos de Seguro. A IFRS 17 é efetiva para períodos anuais que iniciem em ou após 1º de janeiro de 2021 e quando referendada pela SUSEP. A IFRS 17 estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de seguros emitidos utilizando como mensuração o valor presente dos fluxos de caixa de cumprimento esperados, mais uma margem de risco não financeiro para refletir o valor que a Seguradora requer para suportar a incerteza sobre o valor e a época destes fluxos de caixa. A abordagem de alocação de prêmio (the “premium allocation approach”) estabelece uma abordagem semelhante à contabilidade atual para mensuração do passivo por cobertura remanescente (prêmios não ganhos) e a apropriação da receita de seguros. Esta abordagem é geralmente utilizada para apólices que fornecem cobertura para doze ou menos meses. Para as apólices que não forem mensuradas pela abordagem de alocação de prêmio, a IFRS 17 determina a mensuração por outras métricas que incluem o modelo geral de mensuração o qual estabelece que a mensuração por fluxos de caixa de cumprimento e uma margem de seguro que representa a parcela de lucro não ganho. A IFRS 17 determina que uma empresa reconheça lucros à medida que entrega cobertura de seguros.

Diretoria

Luiz Henrique Souza Lima de Vasconcellos
Carlos dos Santos
Celso Luiz Dobarrío de Paiva
Milca Pereira Zambrini

Contadora

Aparecida Zavam Peres Pires
CRC nº 1SP153039/O-3

Atuário Responsável Técnico

Ismael Garcia
MIBA nº 1010